



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

338

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0311641-4**

**APELANTES:** Município de São Caetano  
Maria Helena Brito da Silva

**APELADOS:** Os mesmos

**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. DEPÓSITOS DO FGTS E AVISO PRÉVIO. INVIABILIDADE DA FRUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVISTOS APENAS NA CLT. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO EM PARTE. 1. Tratando-se de hipótese relacionada a servidor contratado temporariamente pela Administração Pública, não lhe devem ser conferidos os direitos e as verbas rescisórias previstos apenas na Consolidação das Leis do Trabalho (precedentes). 2. Descabe, portanto, nessa linha, o direito aos depósitos dos valores relativos ao FGTS e ao aviso prévio (precedentes). 3. Afastou-se a condenação no pagamento de diferenças referentes ao salário mínimo vigente à época, uma vez que a autora não recebia como remuneração total valor inferior ao mínimo. 4. Entendeu-se incabível a condenação no PIS/PASEP, uma vez que o Município comprovou a inscrição da autora, através da numeração estabelecida no documento de fl. 119. 5. Igualmente afastou-se a condenação nos encargos previdenciários, isso porque quanto ao recolhimento das contribuições previdenciárias, tem-se que, dos demonstrativos de pagamento acostadas aos autos, pode-se inferir, que, mensalmente, foram realizados descontos referentes ao INSS na remuneração paga à apelada. 6. Anotou-se que a parte autora faz jus apenas às verbas constitucionais, isto é, ao pagamento do décimo terceiro salário, e à compensação pecuniária pelas férias, com o acréscimo do terço constitucional, referente ao período pleiteado (excetuados os valores pagos), respeitada a prescrição quinquenal. 7. Por fim, entendeu-se indevido o pedido de reforma da sentença, feito no recurso adesivo, para incluir na condenação o adicional noturno, insalubridade, horas extraordinárias e "salário maternidade", na medida em que a autora não trouxe aos autos *nenhuma prova*, nem documental nem testemunhal, acerca da prestação de serviço de fora insalubre, em carga horária excedente à estipulada no contrato, ou em horário noturno, que pudesse ensejar a correspondente contraprestação pecuniária, além do fato de que na petição inicial não houve pedido de "salário maternidade", não podendo este ser feito em sede de recurso adesivo. 8. Reexame necessário provido em parte, prejudicados os apelos voluntários.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0311641-4, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicados os apelos voluntários, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0311641-4**

**APELANTES: Município de São Caetano**  
**Maria Helena Brito da Silva**

**APELADOS: Os mesmos**

**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**RELATÓRIO**

Trata-se de **reexame necessário** e **apelações cíveis** interpostas pelo **Município de São Caetano** e por **Maria Helena Brito da Silva** contra sentença que julgou procedente o pedido na Ação de Cobrança NPU 00000926-60.2011.8.17.1290, nos seguintes termos:

“Posto isso, por tudo acima arrazoadado e com espeque nos dispositivos constitucionais já mencionados e na legislação Consolidada, **julgo**, por Sentença, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, **PROCEDENTE**, a presente Ação de Cobrança promovida por **MARIA HELENA DE BRITO SILVA**, devidamente qualificado às fls. 02, em face do **Município de São Caetano/PE**, pessoa jurídica de direito público interno, representada nestes autos por seu Prefeito Constitucional, igualmente qualificado nos fôlios, **para condenar**, como de fato e direito condeno, o Município-Réu, nos seguintes termos e devidamente atualizados:

a) Diferenças referentes ao salário mínimo vigente à do trabalho; Décimo terceiro, férias, FGTS, aviso prévio, PIS/PASEP e encargos previdenciários que não tenham sido quitados e as atualizações com base nos salários mínimos vigentes a época, tudo referente ao período trabalhado de janeiro de 2006 até fevereiro de 2011.

Aguarde-se, em Cartório Judicial, pelo prazo de 06 (seis) meses, para que a parte Autora, se assim entender, promova o cumprimento do julgado, transcorrido esse prazo sem manifestação, arquivem-se os autos (art. 475 – J, § 5º, do CPC).  
**Publique-se. Registre-se. Intimem-se”.**

Na ação em tela, a autora sustenta ter trabalhado para o Município, mediante contrato temporário de trabalho, entre janeiro de 2006 a fevereiro de 2011, exercendo a função de auxiliar de serviços gerais.

Aduziu que, no período trabalhado, não recebia do valor do salário-mínimo, uma vez que esse só era atingido quando incorporado ao seu salário outros abonos.

Pleiteia, pois a diferença de salário, do valor recebido para o valor do salário mínimo, férias, 13º salário, adicional noturno, horas extras, insalubridade, aviso prévio, recolhimento e multa do FGTS, PIS/PASEP, e encargos relativos ao INSS.

Sobreveio a sentença de fls. 240/242.

Inconformado, o Município apelou (fls. 246/257), alegando que: (i) o vínculo jurídico entre o Município e a parte apelada era administrativo, na modalidade contrato temporário de trabalho, razão pela qual não geraria nenhum direito trabalhista; (ii) a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

soma da remuneração paga à autora era superior ao salário mínimo constitucional, não havendo que se falar em condenação de diferença salarial; (iii) teria pago todos os décimos terceiros salários e férias; (iv) a condenação do FGTS e do aviso prévio não teria respaldo legal; (v) a demandante estaria inscrita no PASEP, não gerando nenhuma condenação; e (vi) todos os recolhimentos previdenciários em favor do INSS teriam sido feitos.

Contra-razões às fls. 260/277, pleiteando a manutenção da sentença.

A autora, por seu turno, apelou adesivamente (fls. 279/297), pedindo a reforma da sentença no sentido de condenar o Município também no adicional noturno, horas extras, insalubridade, gratificação de 2/3 dos seus vencimentos, e salário maternidade.

Contra-razões do Município ao recurso adesivo às fls. 317/321, rebatendo as alegações da autora.

A douta Procuradoria de Justiça absteve-se de intervir no feito.

Ê o relatório, no essencial.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 12 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

339

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0311641-4**

**APELANTES:** Município de São Caetano

Maria Helena Brito da Silva

**APELADOS:** Os mesmos

**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

A autora busca a condenação do Município a efetuar o pagamento da diferença de salário para o valor do salário mínimo, férias, 13º salário, adicional noturno, horas extras, insalubridade, aviso prévio, recolhimento e multa do FGTS, PIS/PASEP, e encargos relativos ao INSS.

O pedido foi julgado procedente, condenando o Município ao pagamento das *"Diferenças referentes ao salário mínimo vigente à do trabalho; Décimo terceiro, férias, FGTS, aviso prévio, PIS/PASEP e encargos previdenciários que não tenham sido quitados e as atualizações com base nos salários mínimos vigentes a época, tudo referente ao período trabalhado de janeiro de 2006 até fevereiro de 2011"*.

Inconformado, o Município apelou (fls. 246/257), alegando que: (i) vínculo jurídico o Município e a parte apelada era administrativo, na modalidade contrato temporário de trabalho, razão pela qual não geraria nenhum direito trabalhista; (ii) a soma da remuneração paga à autora era superior ao salário mínimo constitucional, não havendo que se falar em condenação de diferença salarial; (iii) teria pago todos os décimos terceiros salários e férias; (iv) a condenação do FGTS e do aviso prévio não teria respaldo legal; (v) a demandante estaria inscrita no PASEP, não gerando nenhuma condenação; (vi) todos os recolhimentos previdenciários em favor do INSS teriam sido feitos.

Contra-razões às fls. 260/277, pleiteando a manutenção da sentença.

A autora, por seu turno, apelou adesivamente (fls. 279/297), pedindo a reforma da sentença no sentido de condenar o Município também no adicional noturno, horas extras, insalubridade, gratificação de 2/3 dos seus vencimentos, e salário maternidade.

Contra-razões do Município ao recurso adesivo às fls. 317/321, rebatendo as alegações da autora.

Pois bem.

De início, em sede de **reexame necessário**, impende afastar as rubricas próprias do regime celetista, deferidas pela sentença *a quo*, tais como o aviso prévio e o FGTS.

Verifico que o vínculo existente entre a parte autora e o Município assentava-se em contrato temporário, sucessivamente renovado (conf. contratos de fl.101/110).





340  
r

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Deveras, é sabido que, o servidor público contratado em caráter emergencial e temporário mantém relação de natureza administrativa com a Administração, motivo pelo qual não faz jus à percepção de verbas indenizatórias próprias de contrato de trabalho regido pela CLT, mesmo que o contrato temporário tenha o seu prazo excedido.

Nesse sentido:

“A Justiça do Trabalho não detém competência para processar e julgar causas que envolvam o Poder Público e servidores a ele vinculados, mesmo que por contrato temporário com prazo excedido, por se tratar de relação jurídico-administrativa” (Rcl nº 7.028/MG-AgR, Relatora a Ministra Ellen Gracie, Tribunal Pleno, julgado em 16/9/09, DJe-195 divulgado em 15/10/09, publicado em 16/10/09). (grifei)

“Prorrogação do prazo de vigência do contrato temporário não altera a natureza jurídica de cunho administrativo que se estabelece originalmente” (Rcl nº 4.824/MS-AgR, Relator o Ministro Menezes Direito, Tribunal Pleno, julgado em 2/4/09, DJe-79 divulgado em 29/4/09, publicado em 30/4/09). (grifei)

Oportuno registrar, no ponto, trecho do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, proferido no Recurso Extraordinário nº 732.202/AM, *verbis*:

“(…) Ora, contrariamente ao que entende o recorrente e ao que decidiu o Tribunal a quo, a mera prorrogação do prazo de contratação da servidora temporária não tem o condão de transmutar o vínculo administrativo que mantinha com o Estado do Amazonas em relação de natureza trabalhista.

A prorrogação do contrato nessas circunstâncias, seja ela expressa ou tácita, em que se opera a mudança do prazo de vigência deste, de determinado para indeterminado, pode até ensejar nulidade ou caracterizar ato de improbidade, com todas as consequências que isso acarreta, por ofensa aos princípios e regras que disciplinam a contratação desse tipo de servidores, mas não altera, peço vênia para insistir, a natureza jurídica do vínculo de cunho administrativo que se estabelece originalmente.”

Assim, cumpre reconhecer que, mesmo havendo prorrogação do prazo do contrato temporário, o vínculo continua sendo jurídico-administrativo, não havendo que se falar em relação contratual sujeita ao regime celetista.

Descabe, ainda nessa linha, o direito aos depósitos dos valores relativos ao FGTS e ao aviso prévio.

No tocante, especificamente, aos depósitos dos valores relativos ao FGTS, eis o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

**EMENTA: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO TEMPORÁRIO. RELAÇÃO DE TRABALHO. NATUREZA JURÍDICO-ESTATUTÁRIA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CELETISTA. FGTS. PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 19-A DA LEI N.º 8.036/90. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DA SUPREMA CORTE. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1. “A Emenda Constitucional 19/98, que permitia a pluralidade de regimes jurídicos pela administração, foi suspensa, neste ponto, pelo Supremo Tribunal Federal, impossibilitando a contratação de servidor público pelo regime trabalhista (ADI 2.135-MC/DF)” (CC 100.271/PE, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA,





341

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Terceira Seção, DJe 6/4/09). 2. "O Supremo Tribunal Federal decidiu no julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.395 que 'o disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária'" (AgRg na Rcl nº 8.107, Rel. p/ Ac. Min. CÁRMEN LÚCIA, STF, Tribunal Pleno, DJe 26/11/09). 3. Nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/90, é "devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário. 4. Caso concreto que diverge da hipótese do art. 19-A da Lei 8.036/90, pois o vínculo de trabalho que existiu entre os litigantes não era oriundo de investidura em cargo ou emprego público posteriormente anulada por descumprimento do princípio do concurso público insculpido no art. 37, § 2º, da CRFB/88, mas de contratação de servidor temporário sob o regime de "contratação excepcional". 5. A tese segundo a qual o art. 19-A da Lei 8.036/90 deveria ser interpretado à luz do art. 7º, III, da CF/88 não é passível de ser apreciada na presente via recursal, por se tratar de matéria reservada à competência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Constituição da República. 6. Agravo regimental não provido. (AgRg nos EDcl no AREsp 45467/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 15/03/2013) (grifei)

Nessa trilha, colho, a título exemplificativo, os seguintes arestos do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina:

**"ADMINISTRATIVO – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – ADMISSÃO SEM CONCURSO PÚBLICO – CONTRATO TEMPORÁRIO – PAGAMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS – IMPOSSIBILIDADE – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS**

Tratando-se de servidor público contratado temporariamente, somente são devidas as verbas trabalhistas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos.

O emprego público, regido por lei própria, é modalidade de contrato administrativo o que torna dispensável a anotação na CTPS, dispensando-se igualmente o aviso prévio, o recolhimento do FGTS, a multa rescisória e a parcela do seguro desemprego, por serem obrigações inerentes ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

A recontração para períodos subseqüentes não implica o reconhecimento da unicidade do contrato, sob pena de violação ao princípio constitucional da investidura do servidor por concurso público (CF, art. 37, II) e o completo desvirtuamento do instituto da contratação por tempo determinado."

(TJSC-Apelação Cível nº 2010.084441-0, 3ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Luiz César Medeiros, julgamento em 15/06/2011).

**"ADMINISTRATIVO. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO. PRETENDIDA PERCEPÇÃO DE VERBAS TRABALHISTAS PRÓPRIAS DO REGIME CELETISTA. IMPOSSIBILIDADE. SUBMISSÃO AO REGIME ESTATUTÁRIO. RECURSO DESPROVIDO.**

Tratando-se de servidor contratado temporariamente, com base em excepcional interesse público (art. 37, IX, CF), tem ele direito aos benefícios encartados no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, nos termos da legislação de regência, e não na Consolidação das Leis do Trabalho."

(TJSC-Apelação Cível nº 2010.008920-3, 2ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. João Henrique Blasi, julgamento em 26/04/2011).

**"SERVIDOR PÚBLICO – PROFESSOR – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA – VÍNCULO DE NATUREZA ADMINISTRATIVA – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL – FGTS – VERBA TRABALHISTA NÃO CONTEMPLADA PELA LEI N. 8.391/91 QUE PERMITIU A ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO – DIREITO INEXISTENTE – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO.**

'A contratação temporária de trabalho, nos termos do art. 37, IX, da CF, tem natureza nitidamente administrativa, excluindo-se a competência da Justiça do Trabalho para a apreciação dos feitos relativos a





342  
r

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

esse vínculo' (STJ, CC nº 100.271/PE, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Terceira Seção, j. em 25/03/09).'  
(Apelação Cível n. 2009.010382-2, de São Francisco do Sul, Relator: Des. *Newton Janke*).

'Em se tratando de servidor público contratado temporariamente, somente são devidas as verbas trabalhistas garantidas pelo regime estatutário a que se submete.' (Apelação Cível n. 2009.010382-2, de São Francisco do Sul, Relator: Des. *Newton Janke*)."

(TJSC-Apelação Cível nº 2010.046331-3, 1ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, julgamento em 17/08/2010).

**"ADMINISTRATIVO. JULGAMENTO PELO ART. 285-A DO CPC. MATÉRIA JÁ ENFRENTADA PELO JUÍZO *A QUO*. POSSIBILIDADE.**

Em observância aos princípios da celeridade e da economia processual, e porque já havia, anteriormente, enfrentado matéria idêntica à em debate, o magistrado *a quo*, com fulcro no art. 285-A, julgou, de plano, improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Agiu com acerto do Julgador, uma vez que 'Seria perda de tempo, dinheiro e de atividade jurisdicional insistir-se na citação e na prática dos demais atos do processo, quando o juízo já tem posição firmada quanto à pretensão deduzida pelo autor' (Código de processo civil comentado. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 555).

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. RELAÇÃO JURÍDICA DE NATUREZA ESTATUTÁRIA. PRETENDIDA PERCEPÇÃO DE VERBAS TRABALHISTAS E ANOTAÇÃO DO CONTRATO NA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTRATO REGIDO PELO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO. VERBAS INDEVIDAS.**

'São inaplicáveis aos servidores contratados sob regime temporário, os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, mormente quando há previsão expressa a respeito da aplicação do regime estatutário' (Ap. Cív. n. 2004.028067-9, rel. Des. Jaime Ramos, j. em 30-6-2008).

**MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO."**

(TJSC-Apelação Cível nº 2010.019882-5, 1ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Vanderlei Romer, julgamento em 12/05/2010).

Nessa mesma direção, anoto, ainda a título exemplificativo, a existência dos seguintes precedentes: TJPE-AC 0277122-4, 3ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Antenor Cardoso Soares Júnior, decisão monocrática proferida em 23/07/2012; TJPE- AC 0274295-0, 3ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, decisão monocrática proferida em 13/06/2012; TJPE-AC 0266955-6, 2ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, decisão monocrática proferida em 14/09/2012.

Assim, tanto a condenação em FGTS, como a condenação no aviso prévio deve ser afastada.

Relativamente às **diferenças referentes ao salário mínimo vigente à época**, o Município alega que a remuneração total percebida pela autora não era inferior ao salário mínimo como alegado na inicial, considerando que a remuneração é composta de vencimento base e abono, fundamentando tal entendimento na Súmula vinculante nº 16 do STF.

De fato, a própria autora na sua inicial admite que no período trabalhado o valor do salário-mínimo só era atingido quando incorporado ao seu salário outros abonos.



343  
✓

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Assim, percebe-se a recorrida não faz jus às diferenças salariais pleiteadas, uma vez que se pacificou no Supremo Tribunal Federal o entendimento no sentido de que a garantia a uma remuneração nunca inferior ao salário mínimo é alusiva ao total de vencimentos do servidor, de modo que o vencimento básico poderá ter valor inferior ao mínimo.

Neste sentido, colaciono os seguintes julgados do Supremo Tribunal Federal:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. SERVIDOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. VENCIMENTO BÁSICO NUNCA INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ART. 29, I. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTS. 7º, INC. IV, E 39, § 2º, NA REDAÇÃO ANTERIOR À EC 19/98. A decisão recorrida, ao reconhecer a servidor civil estadual direito a vencimento básico nunca inferior ao salário mínimo, com base no art. 29, inciso I, da Constituição do Estado, contrariou orientação desta Corte de que a garantia do salário mínimo, prevista no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, sendo de aplicação obrigatória aos servidores civis, por força do art. 39, § 2º, (redação original), da mesma Carta, deve ser entendida, neste caso, como alusiva ao total dos vencimentos, incorrendo em inconstitucionalidade material o dispositivo da Constituição estadual que vincula tal garantia ao vencimento básico. Precedentes: RREE 197.072 e 199.098, do Estado de Santa Catarina. Recurso conhecido e provido para o fim de declarar, "incidenter tantum", inconstitucional o inciso I, art. 29, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e, em consequência, reformar o acórdão que o teve por fundamento."

(RE 265129/RS - RIO GRANDE DO SUL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO. Julgamento: 09/11/2000 Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Publicação: DJ 14-11-2002 PP-00016 EMENT VOL-02091-04 PP-00751)

"EMENTA: SERVIDOR DO ESTADO DE SÃO PAULO. ACÓRDÃO QUE LHE RECONHECEU O DIREITO DE TER VENCIMENTOS CALCULADOS COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO. ARTS. 7º, INC. IV, E 39, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. A decisão recorrida interpretou a regra do art. 7º, inc. IV, da Constituição Federal, de aplicação obrigatória aos servidores civis por força do art. 39, § 2º, da mesma Carta, no sentido de que deve ela ser compreendida como alusiva, exclusivamente, ao vencimento básico, sem a inclusão das vantagens, adicionais, gratificações, etc., que são meras contingências do patrimônio funcional do servidor. Entendimento que diverge do conferido por esta Corte no RE 197.072 e RE 199.098. Recurso extraordinário conhecido e provido."

(RE 270428/SP - SÃO PAULO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO. Julgamento: 13/06/2000 Órgão Julgador: Primeira Turma. Publicação: DJ 06-10-2000 PP-00100 EMENT VOL-02007-09 PP-01926)

A questão também resta pacificada perante este Tribunal de Justiça, consoante se vê, exemplificativamente, do aresto seguinte:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. PRETENSÃO AO PAGAMENTO DE VENCIMENTO BÁSICO NÃO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. ART. 7º, IV, C/C 39§3º, AMBOS DA CF. GARANTIA CONSTITUCIONAL SE REFERE À REMUNERAÇÃO TOTAL PERCEBIDA PELO SERVIDOR PÚBLICO. INTERPRETAÇÃO DO STF. SENTENÇA REFORMADA. PROVIMENTO DO REEXAME NECESSÁRIO. DECISÃO UNÂNIME.-De acordo com a orientação do Supremo Tribunal Federal, somente ocorre a violação sustentada pelos autores (CF, arts. 7º, IV e 39, §3º) quando a remuneração total do servidor, considerada a soma do vencimento básico e vantagens, não alcança a quantia correspondente ao salário mínimo.- Provimento do reexame necessário."





344

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(Duplo Grau Obrig. Jurisdição Nº: 86613-5. Sertânia. Relator: Fernando Cerqueira. Órgão Julgador: Sétima Câmara Cível. Data Julgamento: 01-11-2005 14:00:00. Publicação: Nº DJ: 216 Data da Publicação: 18-11-2005)

Nesse mesmo sentido o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante nº16, que tem o seguinte teor:

“Os arts. 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/98), da Constituição, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público”.

Assim, afasto a condenação no pagamento de diferenças referentes ao salário mínimo vigente à época, uma vez que a autora não recebia como remuneração total valor inferior ao mínimo.

Por outro lado, entendo incabível a condenação no **PIS/PASEP**, uma vez que, a meu sentir, o Município comprovou a inscrição da autora, através da numeração estabelecida no documento de fl. 119.

Igualmente merece ser afastada a condenação nos encargos previdenciários, isso porque quanto ao **recolhimento das contribuições previdenciárias**, tenho que, dos demonstrativos de pagamento acostadas aos autos, pode-se inferir, que, mensalmente, foram realizados descontos referentes ao INSS na remuneração paga à apelada.

Ocorre que o fato de o Município ter, ou não ter, repassado ao INSS as contribuições previdenciárias que descontou, é irrelevante para a esfera jurídica do servidor, posto que este sempre poderá fazer prova junto ao próprio órgão previdenciário de que sofreu os descontos em foco, mediante a apresentação dos seus contracheques, em ordem a assegurar a contagem do correspondente tempo de contribuição.

Em vista disso, não merece permanecer a condenação referente ao recolhimento das contribuições previdenciárias (o que não afasta, por óbvio, o dever legal do Município de promover tal repasse, caso não o tenha feito a tempo e modo).

Quanto à alegação do Município de que pagou todas as verbas a título de **férias** e de **décimo terceiro salário**, tenho que procede, em parte, a irresignação do Município.

É que, a meu sentir, as fichas financeiras acostadas pelo Município às fls. 149/215, possuem valor probante suficiente para demonstrar que **parte** das férias, foram pagas à autora (conferir fls. 149, 150, 157), **devendo haver o abatimento de tais valores na fase de liquidação**.

Assim, tenho que a parte autora faz jus apenas às **verbas constitucionais**, isto é, ao pagamento do décimo terceiro salário, e à compensação pecuniária pelas férias, com o acréscimo do terço constitucional, referente ao período pleiteado (excetuados os valores pagos), **respeitada a prescrição quinquenal**.



345

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Na espécie, uma vez comprovada a relação temporária de trabalho junto ao Município, conforme “contrato administrativo para atender necessidade temporária de excepcional interesse público” (fls. 101/110), mas não constando dos autos o demonstrativo do pagamento, ao demandante, de **todas** as verbas acima elencadas, considerando o período em que perdurou o contrato avençado, merece a sentença ser mantida nessa parte.

Isso porque, consoante a regra encartada no art. 333, II, do Código de Processo Civil, cabia ao Município contratante apresentar prova da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito reclamado pela parte autora, qual seja, nesta última hipótese, o efetivo pagamento de todos os valores pleiteados a título de **férias**; e de **13º salários**.

Por fim, entendo indevido o pedido de reforma da sentença, feito no recurso adesivo, para incluir na condenação o **adicional noturno, insalubridade, horas extraordinárias e “salário maternidade”**, na medida em que a autora não trouxe aos autos *nenhuma prova*, nem documental nem testemunhal, acerca da prestação de serviço de fora insalubre, em carga horária excedente à estipulada no contrato, ou em horário noturno, que pudesse ensejar a correspondente contraprestação pecuniária, além do fato de que na petição inicial não houve pedido de “salário maternidade”, não podendo este ser feito em sede de recurso adesivo.

Diante do exposto, **dou provimento parcial ao reexame necessário**, prejudicados os apelos voluntários, para afastar a condenação do Município ao pagamento das diferenças referentes ao salário mínimo, aviso prévio, FGTS, PIS/PASEP, encargos previdenciários, mantendo apenas a condenação no pagamento das férias e dos décimos terceiros salários no período pleiteado, devendo ser abatidos, no entanto, os valores já pagos.

A verba sucumbencial ser proporcionalmente distribuída entre as partes litigantes em virtude da sucumbência recíproca.

É como voto.

Recife, ~~22~~ de ~~março~~ de 2014.  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator